

Quarta-Feira, 26 de Agosto de 2026

Julio Casares pode ser expulso do quadro de associados do São Paulo após parecer unânime

Comissão de Ética recomenda expulsão do ex-presidente; decisão final caberá ao Conselho Deliberativo

O caso de Julio Casares ganhou novo desdobramento nesta segunda-feira (24 de agosto). A Comissão de Ética e Disciplina do São Paulo aprovou, de forma unânime, um parecer que indica a expulsão do ex-presidente do quadro associativo da instituição. O documento foi encaminhado ao Conselho Deliberativo, que terá a responsabilidade de tomar a decisão definitiva.

Os cinco membros da comissão—Luiz Braga, Mario Celso Braga, Milton José Neves Junior, José Edgard Galvão Machado e Fabio Cesar de Souza Azambuja—votaram a favor da eliminação de Casares. O parecer se baseia em apurações relacionadas à administração do ex-dirigente, que esteve no comando da instituição entre 2021 e 2026.

A recomendação sustenta-se em possíveis impropriedades administrativas e financeiras atribuídas ao mandato de Casares no clube. O ex-presidente também responde a investigações da Polícia Civil e do Ministério Público estadual por suspeitas de lavagem de dinheiro e exploração clandestina de um camarote localizado no Morumbis.



Casares teve a chance de apresentar sua defesa em audiência ocorrida em 31 de julho, contudo não compareceu acompanhado de seus advogados. Com a continuidade do procedimento, a Comissão de Ética aplicou o enquadramento previsto no parágrafo 8º do artigo 34 do Estatuto Social do clube.

Para além da expulsão, a comissão recomendou que Casares ressarça o São Paulo por despesas particulares eventualmente realizadas com o cartão corporativo. Conforme informações divulgadas anteriormente, o ex-presidente teria utilizado cerca de um milhão de reais do cartão institucional para gastos pessoais. O órgão também solicita uma indenização com base no artigo 11 do estatuto.



Processo mantido mesmo após saída do dirigente

A apuração não foi encerrada após Casares deixar seus postos no São Paulo. Em julho, o ex-presidente apresentou sua renúncia como conselheiro e à condição de associado. Na ocasião, alegou ter sido vítima de

perseguições, ataques pessoais e disputas políticas.

O estatuto da instituição, entretanto, determina restrições para a saída de associados que respondem a processos disciplinares: